



ATA DA 8ª REUNIÃO DO COMITÊ REGIONAL PARA GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO - COMITÊ ORÇAMENTÁRIO DE PRIMEIRO GRAU

Aos vinte e seis dias de junho de dois mil e quinze, às dez horas, no Salão Nobre do Edifício-Sede do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, na cidade do Rio de Janeiro, RJ, reuniu-se o Comitê Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, presentes:

- MM Sr.a. Juíza MARISE COSTA RODRIGUES, Titular da 7ª.Vara do Trabalho de Duque de Caxias, Presidente do Comitê;

- MM. Sr. Juiz RONALDO DA SILVA CALLADO, Titular da 2ª Vara do Trabalho de Itaguaí, suplente do Presidente do Comitê;

- MMª Sra. Juíza FERNANDA STIPP, Titular da 4ª Vara do Trabalho de Campos dos Goytacazes, eleita por votação direta entre os magistrados do primeiro grau deste Tribunal;

- MMª Sra. Juíza CLAUDIA MARCIA DE CARVALHO SOARES, Titular da Vara do Trabalho de Itaperuna, escolhida pelo Presidente deste Tribunal a partir da lista de magistrados inscritos para a eleição do representante dos magistrados;

- MM. Sr. Juiz FILIPE RIBEIRO ALVES PASSOS, suplente da representante eleita pelos magistrados;

- MM. Sr. Juiz MICHEL PINHEIRO MCCLOGHRIE, suplente da magistrada remanescente;

- Ilmo. Sr. LUIS AMAURI PINHEIRO DE SOUZA, servidor, eleito por votação direta entre os servidores deste Tribunal;

- Ilmo. Sr. MAURÍCIO NOGUEIRA MACEDO SILVA, servidor, escolhido pelo Presidente deste Tribunal a partir da lista de servidores inscritos para a eleição do representante dos servidores;

- Ilmo. Sr. FELIPE VIANNA ROSSI ARAUJO, suplente do servidor escolhido pelo Presidente deste Tribunal;



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Comitê Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária
ao Primeiro Grau de Jurisdição
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Página 2 de 6

Aberta a reunião, foi proposta a aprovação da ata anterior, à qual foi retificada após impugnação pela Juíza Claudia Marcia, tendo sido a nova redação aprovada por unanimidade.

Houve as apresentações recíprocas entre os membros do comitê e a atual presidente, Juíza Marise, que se comprometeu juntamente com os demais a dar continuidade aos trabalhos já executados e planejados.

O Juiz Ronaldo enviará, em nome do comitê, ofício para a Presidência para registro na ficha funcional do Juiz Flávio Alves Pereira dos elogios do comitê à condução dos trabalhos por ele, como deliberado na última reunião.

Diante das questões suscitadas na reunião anterior, conforme registro em ata, sobre a representação do comitê, por sugestão dos Juízes Marise e Filipe Passos, foi deliberado e aprovado, por unanimidade, que essa será sempre escolhida por seus membros, considerando a autonomia do comitê.

Em face da impossibilidade de comparecimento à reunião da Presidente do TRT e da Corregedora, convidadas previamente por ofício encaminhado pela Juíza Marise, deliberou-se a consulta das respectivas agendas para a designação de nova data, que não seja dia de reunião mensal ordinária, para a apresentação do comitê, dos estudos realizados e ações planejadas, através do Juiz Ronaldo Callado, com exibição do “prezi” elaborado pelo Servidor Maurício, com acréscimos que serão deliberados virtualmente.

A Juíza Fernanda explanou a dificuldade da atuação dos Estagiários de ensino médio e superior, porque eles não têm acesso ao PJe e Sap Web, o que, após examinadas as tarefas que estão incluídas nos respectivos contratos, deliberou-se pela necessidade da revisão dos seus contratos por causa das atividades neles descritas, para ressaltar a importância do seu cunho pedagógico e não meramente burocrático, além do apoio do setor de informatização e do PJe para que integrem os seus usuários, com acesso limitado. A Juíza comentou que a seleção dos candidatos é feita pela ESACS e



que há dificuldade para que a Escola realize o curso de treinamento, o que está sendo discutido por ela e seus diretores e continuará a ser tratado para sua viabilidade.

A Juíza Fernanda informou que quanto à readaptação dos servidores e juízes que apresentam restrições médicas temporárias ou definitivas, consultou a SGP, Setor Sócio Ambiental e Setor Médico, bem como o Juiz Fragale, todos favoráveis ao projeto, faltando conversar com o Presidente da Escola Judicial Des. Evandro Valadão, o que agendará, acompanhada pela Juíza Marise, oportunidade para tratar também do assunto antes mencionado..

Foi aprovada a sugestão do Servidor Maurício para elaboração e envio de nota de apoio ao PLC 28/2015, com o texto elaborado pela Juíza Claudia Marcia, enviado para todos por e-mail previamente, acrescentando-se que o comitê é formado por Juízes e Servidores e que se pretende o reajuste de vencimentos. Aprovado o envio da nota pela presidente do comitê, com o auxílio do Servidor Maurício, para a Presidente do Tribunal, dando-lhe ciência e solicitando sua publicação no site do TRT1, bem como aos Presidentes do CNJ e do Senado, assim como aos Senadores, esses via e-mail.

Foi aprovado o envio de ofício à Presidência para que seja comunicado ao CNJ o nome da nova presidente do comitê, o que será por esta realizado.

A Juíza Marise apresentou proposta para estudo sobre a composição e atuais procedimentos do GRACO para que aumente e foque no auxílio às varas do trabalho, salientada a necessidade de que atue também preventivamente e que haja divulgação de boas práticas, com base na solidariedade entre as varas e não competitividade, como ressaltado pelo Servidor Maurício. Foi aprovado o convite do responsável pelo Graco para exposição sobre sua atuação atual e se há projeto para a continuidade dos trabalhos, na próxima reunião do comitê, ofício que será elaborado pela presidência deste. Foi ressaltada pelo Servidor Maurício a necessidade de se estudar uma forma de mudar a mentalidade dos servidores de vara quando recebem o auxílio do GRACO, facilitando a cooperação e o compartilhamento das boas práticas.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Comitê Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária
ao Primeiro Grau de Jurisdição
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Página 4 de 6

O Servidor Amauri sugeriu que seja elaborado um estudo sobre a possibilidade de substituição dos servidores afastados temporariamente, por licenças, para que não seja prejudicado o serviço nas varas. Observou-se que existe diretriz sobre esse assunto aprovada em Fórum de Gestão Judiciária, deliberando-se que deveria ser verificado o monitoramento dessa diretriz e que essa necessidade poderia ser suprida pelos servidores readaptados, acima mencionados.

Foi sugerido pela Juíza Marise um estudo sobre o atual funcionamento e resultados da CAEP, possibilidade de novas centrais de conciliação, inclusive com participação dos juízes aposentados, projeto que já existe em andamento para Duque de Caxias, deliberando-se pelo convite ao Juiz Francisco Montenegro para a próxima reunião, porque ciente das atividades e objetivos da CAEP. A Juíza Claudia Marcia mencionou a importância de se considerar a mediação para resolver pré-conflitos, salientando o Servidor Felipe a utilização de estagiários e leigos para essa atribuição, como ocorre na Justiça Estadual. Registrou-se a sugestão da Juíza Claudia Marcia para que seja chamado para uma próxima reunião, talvez em agosto, o Juiz Fragale, para discorrer sobre o assunto, pois coordenou na Escola Judicial curso sobre esse tema.

Foi deliberado o convite ao Juiz Ricardo Georges, como representante do TRT1 junto aos Comitês Executivos Estaduais da Rede Nacional de Cooperação Judiciária, para que na próxima reunião explane as ações e possibilidades de atuação em termos de cooperação, possibilitando o estudo sobre a ampliação e melhoramento desse meio de comunicação/mediação de conflitos, a fim de viabilizar a solução de conflitos na origem ou já formalizados envolvendo grandes litigantes, além de questões relacionadas às execuções em que a empresa tem seus bens preservados por ordem judicial alheia à Justiça do Trabalho, pendentes várias execuções de créditos de natureza alimentar.

Foi deliberada a expedição de ofício à Presidente do TRT 1 para a inclusão no CAD, dentre seus integrantes permanentes, de um membro deste comitê, considerada a importância do alinhamento de ações desse comitê de



priorização.

Também foi deliberada a expedição de ofício à Presidência para que seja atualizada a lotação de pessoal nas varas do trabalho para o último triênio 2012/2014, com a comunicação do resultado do trabalho a esse comitê.

Não houve convite para a presença nessa reunião do Servidor Bruno, o que deverá ser realizado para o próximo encontro.

O Juiz Ronaldo comprometeu-se a verificar com o Servidor Bruno a média numérica do número dos processos recebidos pelas varas do trabalho nos últimos três anos.

O Servidor Amauri comprometeu-se a enviar por e-mail os parâmetros que já elaborou para o questionário sobre necessidades dos servidores voltadas para o orçamento de 2016, a ser aprovado na próxima reunião, o que será depois viabilizado com a ajuda do setor de informática para elaboração do programa adequado.

Resolveu-se que na próxima reunião será estudada a divisão de tarefas proposta pelo Servidor Maurício entre os membros do Comitê, com base nas ações fixadas pela Resolução e no plano de ações, quando será atualizado o referido plano.

O Servidor Maurício explicou que a publicação das atas está sendo elaborada pela Servidora Priscila e ainda não há previsão para que aconteça, resolvendo-se que esse assunto será tratado virtualmente.

O Servidor Maurício explicou sobre o “Projeto Escritório de Processos” e resolveu-se que em reunião próxima, talvez em agosto, será necessária a participação da sua coordenadora, Servidora Juliana Monjellos (COPC/SDE) para explanação do projeto e, por proposta da Juíza Fernanda, para que esse Escritório possa atuar junto com o Graco para um melhor atendimento às necessidades das varas do trabalho.

Foi proposto que na próxima reunião se estude a atual disponibilidade dos auxiliares dos juízes substitutos nas férias desses, assunto que segundo o Juiz Filipe Passos tem sido resolvido de forma insatisfatória para os juízes



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO
Comitê Regional para Gestão e Implementação da Política Nacional de Atenção Prioritária
ao Primeiro Grau de Jurisdição
Comitê Orçamentário do Primeiro Grau

Página 6 de 6

substitutos, porque não estão ficando à disposição desses para liquidar o acervo de suas decisões, mas auxiliando a outros colegas a quem não estão vinculados.

O Servidor Maurício apresentou proposta para um layout do comitê, o que será apreciado na próxima reunião.

Próxima reunião agendada para o dia 31.07.15, sexta-feira, às 10:00 horas, no Salão Nobre do Edifício Arnaldo Sussekind – Prédio Sede.

Essa ata foi elaborada por mim, Marise Rodrigues, e vistada pelo Juiz Ronaldo Callado, suplente da presidente.

Rio de Janeiro, 26 de junho de 2015.

Ronaldo Callado
Suplente da Presidência

Marise Costa Rodrigues
Presidente